



ATA Nº 2

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO JOÃO BAPTISTA

SESSÃO ORDINÁRIA

----- Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia da Freguesia de São João Baptista, na sala de sessões da Freguesia, sob a Presidência de Carlos Belo Duarte Alfaia, Presidente da Assembleia, que declarou aberta a sessão eram vinte e uma horas e nove minutos, com a seguinte ordem do dia: -----

----- **Ponto Um** – Eleição de Vogal para a Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta de Freguesia -----

----- **Ponto Dois** – Apreciar o Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais -----

----- **Ponto Três** - Apreciar e votar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas relativos ao ano dois mil e vinte e um -----

----- **Ponto Quatro** – Apreciar a Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia ---

----- À hora de abertura dos trabalhos estavam presentes os seguintes membros que compõem a Assembleia de Freguesia: -----

----- Em representação do Partido Socialista (PS): -----

- Carlos Belo Duarte Alfaia – Presidente -----
- Paula Cristina Figueiredo Aparício Pinto – Primeira Secretária -----
- Cristina Maria Castanhas Costa - Segunda Secretária -----
- José Luís Canelo Rodrigues -----
- Rosária Maria Gregório Castelo -----

----- Em representação do CDS-Partido Popular -----

- José Eduardo Madeira Celeiro Diniz Rebelo -----

----- Em representação do Partido Social Democrata (PSD): -----

- João Pedro de Matos Dâmaso -----
- Paula Cristina Gabado de Oliveira Leitão -----
- Fernando José da Guia Barbosa -----
- Elisabete Narcisa da Silva Miranda -----

----- Em representação da Coligação Democrática Unitária (CDU) -----

- Guilhermino Gomes Rodrigues -----

----- Em representação do Bloco de Esquerda (BE) -----

- António Leonel Peixe do Carmo -----

----- Tendo sido enviadas convocatórias individuais a todos os membros que compõem esta Assembleia de Freguesia, foram também afixados editais, em tempo, nos lugares públicos da Freguesia, com o anúncio do dia, hora, local da sessão e a respetiva ordem do dia. -----

----- Em representação do órgão executivo estavam presentes os seguintes membros da Junta de Freguesia, o Presidente, Rui Cardoso Maurício, o Secretário, José Leitão Lopes, a Tesoureira Maria da Conceição Gordo Faustino e o Vogal Manuel António Folgado Marques Borrego. -----

----- **Período antes da ordem do dia** -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia inicia a sessão dando as boas vindas a todos e congratulando-se pelo facto de voltarem a reunir-se na sala de sessões da Freguesia. -----

----- Informa que foi recebida uma justificação de falta por parte da eleita Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins (PSD) tendo sido convocado o elemento imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. Após a leitura da ata de tomada de posse, ata número um de dois mil e vinte e dois, e a mesma ter sido assinada, o eleito Mário Vasco Amarante Garcia da Silva toma lugar na Assembleia de Freguesia, não prestando juramento, uma vez já ter sido investido nas suas funções, na sessão anterior. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia, passa de seguida, à discussão da ata da sessão anterior, perguntando se alguém tem algo a dizer sobre a mesma. Como ninguém se manifesta o Presidente passa à sua votação. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Aprovada, por unanimidade, a ata da sessão anterior, ata número três, do ano dois mil e vinte e um, pelos deputados presentes na referida sessão. -----

----- De seguida, o Presidente da Assembleia de Freguesia questiona os membros desta Assembleia sobre se têm algo a apresentar no período antes da ordem do dia. -----

----- Seguidamente, o Presidente da Assembleia de Freguesia refere que todos receberam três recomendações apresentadas pelo Partido Social Democrata, na documentação enviada, sugerindo que as mesmas sejam apreciadas e debatidas individualmente. O Presidente refere que irão ser debatidas de acordo com a ordem de chegada. Todos concordam pelo que se passa à primeira recomendação. -----

- **PSD – Pedro Dâmaso**, lê a recomendação a qual se transcreve: -----

“Exmo. Senhor, Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia de São João Baptista, no Entroncamento. -----

Bancada do PSD, -----

Na Assembleia de Freguesia, -----

Vem expor e requerer a Va Exa., o seguinte: -----

1. No âmbito do trabalho que vem sendo desenvolvido, junto dos fregueses, para além do mais, foi observada a necessidade de se apresentar uma recomendação de

relevância, à câmara municipal do Entroncamento, com vista a melhorarem-se as condições das escolas da freguesia, a fim de se promover um melhor ambiente de ensino ministrado. -----

2. Para este fim, nos termos da alínea e) do número 1 do artigo 8.º do Regimento da Assembleia de Freguesia, propõem-se a votação de uma recomendação à Câmara Municipal do Entroncamento, no período antes da ordem do dia. -----

3. Face ao exposto, a proposta de recomendação à câmara municipal do Entroncamento, tem o conteúdo seguinte: -----

a) Introdução do acompanhamento de agentes de segurança, às horas de entrada e saída dos alunos nas escolas; -----

b) Contratação de serviços de nutricionista, a fim de avaliar e promover uma melhor alimentação nas cantinas das escolas; -----

c) Promoção do acompanhamento pela ASAE da qualidade das refeições fornecidas nas cantinas das escolas; -----

d) Divulgação de todos os números subjacentes à determinação dos rácios que estão inerentes à contratação de assistentes operacionais, incluindo a fórmula de cálculo seguida; -----

e) Melhoria do sistema de climatização; e -----

f) Promoção de ações de formação a pessoal docente e não docente, no âmbito da gestão e administração escolar. -----

Nestes termos: -----

Requer-se a Va Exa., a que seja votado a recomendação constante do texto, no período antes da ordem do dia, na próxima sessão da Assembleia de Freguesia de São João Batista, do Entroncamento. “ -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia coloca em análise o documento apresentado.

- **PS – José Canelo** refere que relativamente a esta proposta de recomendação entendem que ela coloca questões pertinentes e que preocupam todos. -----
Efetivamente, quer as questões de segurança das nossas crianças, quer a qualidade da alimentação são fundamentais no desenvolvimento e crescimento harmonioso dos alunos às quais não nos devemos furtar para garantir às nossas escolas os meios humanos adequados para cumprirem a sua missão e à comunidade escolar todas as condições para que possam ter sucesso. Realçando ainda que o sucesso da nossa comunidade escolar é o sucesso do nosso futuro coletivo. -----

----- Como mais ninguém se manifesta acerca da recomendação o Presidente da Assembleia de Freguesia coloca a mesma em votação. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Colocada em votação a proposta é rejeitada com cinco votos a favor (PSD), seis votos contra (PS, CDU e BE) e duas abstenções (CDS e PS Rosária Castelo). -----

----- Após votação o Presidente da Assembleia de Freguesia passa a palavra ao deputado João Dâmaso que pede para efetuar uma declaração. -----

- **PSD – João Dâmaso** refere o seguinte: *“Com o resultado da votação que acabou de ser feita é notória a importância que cada uma das forças partidárias aqui representadas dá à educação que é ministrada na nossa cidade. É lamentável que a proposta não tenha sido aprovada pelo menos parcialmente tendo presente o seu conteúdo.”* -----

- **PS – José Canelo**, faz declaração de voto dizendo que existem entendimentos diferentes em relação à matéria, que no entender da sua bancada é extemporânea passando a explanar o ponto de vista da sua bancada: -----

“Ponto três desta recomendação: -----

- a) Introdução do acompanhamento de agentes de segurança à entrada e saída dos alunos.*** -----

Ora este serviço já existe, não exatamente nos moldes atuais, pelo menos desde 1985.

O Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro define as atuais regras do Programa Escola Segura, descrevendo-o como um programa de âmbito nacional, incluindo todos os estabelecimentos de ensino não superior, públicos, privados e cooperativos. Segundo este despacho o PES visa garantir a segurança do meio escolar e sua envolvente, prevenindo comportamentos de risco e reduzindo os atos geradores de insegurança em meio escolar. -----

Portanto, não faz qualquer sentido para nós fazer uma recomendação para introduzir algo que já há mais de 30 anos. -----

- b) Contratação de serviços de nutricionista a fim de promover uma melhor alimentação nas cantinas escolares.***

As refeições escolares são contratadas através de Acordo-Quadro da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Existe um concurso com um caderno de encargos, cujas cláusulas contratuais incluem, espantemo-nos, uma nutricionista para corresponder a esses serviços, nomeadamente a estruturação de ementas e articulação como Agrupamento de Escolas e Ministério. -----

- c) Promoção do acompanhamento pela ASAE da qualidade das refeições fornecidas nas cantinas das escolas.*** -----

A ASAE é um órgão de polícia criminal independente que fiscaliza quando assim é necessário, podendo aparecer em ação fiscalizadora ou no seguimento de uma queixa apresentada. A ASAE não realiza fiscalizações a pedido, inclusivamente, parece-me que, com esta ideia peregrina, aqui fica patente um atestado de incompetência passado pelos senhores deputados aos técnicos do Serviço de Educação, nomeadamente ao

gestor de contrato, que ao que é sabido fazem recorrentes visitas aos estabelecimentos de ensino fazendo avaliação das refeições servidas aos alunos. Ficamos admirados com a forma como os senhores deputados que subscrevem esta recomendação vêm o funcionamento das instituições. Se têm os subscritores conhecimento de algo que atente contra a segurança alimentar das refeições servidas nas escolas às nossas crianças, devem expô-lo, de imediato, numa queixa à ASAE e não esperar por uma recomendação a apresentar à Assembleia de Freguesia. -----

d) Divulgação de todos os números subjacentes à determinação dos rácios que estão inerentes à contratação de assistentes operacionais, incluindo a fórmula de cálculo seguida. -----

Os rácios que estão inerentes à contratação de assistentes operacionais são os definidos na Portaria n.º 73-A/2021, de 30 de março. Não sei se os senhores deputados julgavam ser definidos a bel-prazer do Município? -----

e) Melhoria do sistema de climatização -----

Os sistemas de climatização existentes são complexos devido à arquitetura desenvolvida, com grandes envidraçados virados a Sul por exemplo. Na altura da conceção destes equipamentos, na governação do Partido pelo qual estão aqui eleitos, devia ter-se tido em conta todos esses aspetos para não haver estas soluções tão onerosas e que levam ao sobredimensionamento dos sistemas de climatização. Segundo relatos que nos vão chegando de alguns pais a situação tem paulatinamente melhorado. Em alguns casos têm sido implementados à posteriori por não terem sido contemplados na fase de construção, apesar das referidas escolhas arquitetónicas, mas que se verificam essenciais. Se verificarmos o portal base.gov.pt, verificamos a existência de um contrato de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de AVAC, é uma boa medida. Por ser tão lata, a recomendação proposta esta alínea será uma das poucas propostas com algum cabimento. -----

f) Promoção de ações de formação a pessoal docente e não docente, no âmbito da gestão e administração escolar -----

O pessoal docente está sob a alçada do Ministério da Educação e mesmo com a transferência de competências continuará a estar. A Câmara Municipal não tem ou terá qualquer intendência sobre os professores e não lhe compete disponibilizar formação não sendo a sua entidade empregadora, no entanto, temos conhecimento de ações formativas para professores desenvolvidas na nossa cidade, que no âmbito do protocolo do Município do Entroncamento com o Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC) que têm decorrido nas instalações do CENPRE, aproximando a formação superior dos professores da nossa comunidade escolar. -----

No que diz respeito ao pessoal não docente, não compreende esta bancada qual a pertinência de dar formação, no âmbito da gestão e administração escolar, aos assistentes operacionais que desempenham funções nas nossas escolas, julgamos sim relevante alguma formação específica em áreas relevantes, como tem ocorrido, nomeadamente, num conjunto de competências que potenciem a capacidade de resposta das escolas do AECE que são de referência para a baixa visão e autismo, para que possamos integrar essas crianças dando-lhe uma resposta adequada. No que concerne aos técnicos superiores funcionários do Município, não se encontra pertinência na formação em gestão e administração escolar, sendo que aos assistentes técnicos deverá ser dada formação na área administrativa e competências informáticas. -----

Face ao exposto, aquilo que aqui nos é trazido demonstra um gritante desconhecimento dos procedimentos, das organizações e respetivas competências, das figuras regimentais desta assembleia e da própria legislação, daquilo que existe e é executado, que não são se coaduna com exercício responsável do mandato para que foram eleitos os subscritores e que infelizmente já se vai tornando apanágio. -----

O alheamento da realidade é grave, mas o alheamento da responsabilidade de trazer propostas fundadas que permitam dignificar esta assembleia e o seu trabalho e não que possibilite que seja ridicularizada por aprovar propostas como muitas das expostas no documento. -----

Podia o PSD solicitar, numa série de alíneas, o pedido de informação às devidas entidades, a única vez que o faz demonstra desconhecimento de como são estabelecidos os rácios e de que são estabelecidos por portaria. -----

Por ser extemporânea e querendo acreditar não ter a intenção de criar um alçapão político, a posição tomada foi votar contra esta recomendação.” -----

- **PSD – João Dâmaso** reitera o que disse anteriormente lamentando a posição que foi aqui assumida e o conteúdo dos comentários. Francamente só quem não quer ver é que não vê aquilo que se passa nas escolas e essa realidade não se coaduna com aquilo que acabou de ser dito. Lamenta que estejam tão poucas pessoas a assistir para saberem o que o partido socialista pensa sobre as melhorias que têm de ser implementadas, de forma urgente, nas escolas da nossa Freguesia. Dizer que a portaria regulamenta a forma como as contratações são feitas, revela desconhecimento da realidade. A portaria refere bandas, tem limites, há uma escolha política subjacente à forma como uma contratação é feita e o número de pessoas que são contratadas. Pela informação que possui, e da pouca informação que é transmitida pelos elementos do partido socialista, os limites que são definidos para a contratação de assistentes operacionais são definidos pelos mínimos, quando a portaria permite contratar mais pessoas. Era isso que pretendiam ver esclarecido pela entidade competente que é o Município. Nós ouvimos

os nossos fregueses que nos apresentam queixas constantes daquilo que se passa nas escolas. Aquilo que aqui foi lido, lamento informar, não é correto. -----
----- De seguida o Presidente da Assembleia de Freguesia passa para a recomendação número dois dando a palavra à bancada do Partido Social Democrata. -----

- **PSD – João Dâmaso**, lê parte da recomendação, por economia de tempo, a qual se transcreve na íntegra: -----

“*Exmo. Senhor, -----
Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia de São João Baptista, no Entroncamento --
Bancada do PSD, -----
Na Assembleia de Freguesia, -----
Vem expor e requerer a Va Exa., o seguinte: -----*

1. No âmbito do trabalho que vem sendo desenvolvido, junto dos fregueses, face sobretudo ao agravamento das condições de segurança vividas na freguesia, como na cidade em geral, foi observada a necessidade de se apresentar uma recomendação ao comando distrital da PSP de Santarém, com vista a melhorarem-se as condições de proteção da comunidade existentes. -----

2. Para este fim, nos termos da alínea e) do número 1 do artigo 8.º do Regimento da Assembleia de Freguesia, propõem-se a votação de uma recomendação ao comando distrital da PSP de Santarém, no período antes da ordem do dia. -----

3. Face ao exposto, a proposta de recomendação é a exposição ao Comando Distrital da PSP em referência, das situações de insegurança ocorridas na nossa cidade, agravada pela falta de efetivos que permitam uma adequada vigilância e intervenção preventiva nas ruas e outros locais relevantes da nossa cidade. Deverá igualmente ser manifestado um profundo desagrado pelo facto do Comando do Entroncamento, ser periodicamente objeto de substituição criando assim, uma instabilidade adicional na Equipa da PSP. -----

Nestes termos: -----

i. Requer-se a Va Exa., a que seja votado a recomendação constante do texto, no período antes da ordem do dia, na próxima sessão da Assembleia de Freguesia de São João Batista, do Entroncamento. -----

ii. Requer-se por fim, que o resultado desta votação, seja dado conhecimento ao Ministério da Administração Interna, Comando Nacional da PSP e Câmara Municipal do Entroncamento.” -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia coloca em discussão a recomendação apresentada. -----

- **PS – Rosária Castelo**, refere que a sua bancada tem uma sugestão de alteração ao documento apresentado, fazendo em primeiro lugar um enquadramento e de seguida fará a sugestão, passando-se de seguida à votação, se assim concordarem. De seguida lê

missiva a qual se passa a transcrever: -----
 ----- *“Tal como o outro documento remetido, consideramos que não há aqui proposta de ação a ser tomada por esta Assembleia. Enquanto uso de figura regimental, a construção do documento assume mais a forma de requerimento à mesa do que de recomendação. O mencionado nos pontos um e dois, seria adequado para um officio a acompanhar o documento a submeter à assembleia, mas tratando-se de algo que se pretende com eficácia externa a esta autarquia, entendemos que não faz sentido a invocação de trabalho das disposições regimentais na recomendação que se coloca aqui a discussão e será enviado para outras entidades. Devemos zelar pelo brio com que desempenhamos os nossos mandatos e de contribuir para engrandecimento deste órgão e reconhecimento das suas posições. -----*
Este é o órgão que fiscaliza a atividade da Junta de Freguesia, deverá sobretudo usar a figura regimental da recomendação, para ações e posições ao órgão executivo desta autarquia local, sob pena de a abordagem a estes temas ser tornar apenas um chavão político, que só serve quem está interessado em política menos séria. Convém não esquecer que, depois de aprovado, qualquer recomendação ou moção é uma posição de toda esta Assembleia. A Assembleia dá conhecimento das posições que toma e a forma como foram aprovadas (por unanimidade ou maioria) e não de resultados de votação. Não querendo usar um tom educador ou moralista, sendo que o que nos é presente parece apenas uma manifestação legítima de desagrado, julgamos que a forma mais correta de ser colocada era até sob a forma de moção, mas atendendo à premência do tema julga esta bancada que esta Assembleia deve ser mais veemente e exigir uma ação concreta, coadjuvando e reiterando as posições já tomadas pelo executivo da Junta e também pela Assembleia e Câmara Municipal, seja como moção ou recomendação. ----
Todas as manifestações nesse sentido são positivas e, assumindo uma proposta de ação concreta, são uma forma mais vigorosa de manifestação desta Assembleia em prol de todos os fregueses que aqui representamos. -----
Não obstante, caso os subscritores estejam disponíveis para algumas alterações à redação de forma a suprir alguns vícios de forma, mesmo mantendo a forma de recomendação, e permitir uma mobilização, julgamos que unânime, em torno deste objetivo comum, a bancada do Partido Socialista está completamente disponível para votar favoravelmente. -----
Propomos que, mantendo em geral o teor do ponto 3, este tivesse a dimensão expositiva dos fundamentos e que os pontos de i) e ii) assumissem uma forma deliberativa, como deve acontecer neste tipo figura regimental. -----
Assim, o ponto três passaria a ter a seguinte redação (proposta): -----

3. São de conhecimento público as situações de insegurança ocorridas na nossa cidade, agravadas pela falta de efetivos que permitam uma adequada vigilância e intervenção preventiva nas ruas e outros locais relevantes da nossa cidade. Ademais, concorre para este problema, pelo facto do Comando do Entroncamento, ser periodicamente objeto de substituição criando assim, uma instabilidade adicional na Equipa da PSP e na perceção da comunidade do seu trabalho.” -----

Propomos ainda a seguinte redação de recomendação (atuais pontos i) e ii): -----

Face ao exposto, -----

A Assembleia de Freguesia de São João Baptista, reunida em vinte de abril, recomenda ao Comando Distrital de Santarém da PSP que: -----

- i) Promova afetação de meios humanos e materiais adequados à mitigação da perceção e das situações de insegurança no território desta Freguesia e no concelho do Entroncamento. -----
- ii) Garanta a menor rotatividade no Comando da Esquadra da PSP do Entroncamento, para estabilização e consolidação das estratégias e das ações desta força policial. -----

Mais delibera, que depois de aprovada, além de remetida à entidade a que se dirige, seja dado conhecimento desta recomendação, ao Ministério da Administração Interna, à Direção Nacional da PSP, à Assembleia Municipal do Entroncamento e à Câmara Municipal do Entroncamento.” -----

Referindo que não sabe se o PSD concorda com esta pequena alteração ou ajuste, colocando à consideração a sugestão. -----

- **PSD – João Dâmaso**, responde que antes de verem a questão do ajuste era só o que faltava agora a questão do formalismo. Referindo que o que interessa sobretudo é o conteúdo. -----
- **PS – Rosária Castelo**, reitera que uma vez que esta posição vai para uma entidade exterior convém que vá adequada ao formalismo. -----
- **PSD – João Dâmaso**, questiona se a entidade exterior é que exige o formulismo. -----
- **PS – Rosária Castelo**, refere que não é a entidade que exige, mas partir do momento que se envia um documento a uma entidade exterior convinha que esta fosse escrita nos moldes mais adequados. -----
- **PSD – João Dâmaso**, refere que se estão a dirigir a um órgão muito concreto que identificaram o artigo do regimento que lhes permite fazer a proposta, pelo que a mesma é perfeitamente entendida por todos. Relativamente ao que foi lido está praticamente igual aquilo que escreveram, pelo que invocar uma questão de formalismo, é uma perda de tempo com pormenores que são completamente



irrelevantes. O que interessa é o conteúdo e o objetivo que se pretende atingir. No essencial, ambos concordam, por aquilo que percebeu. -----

- **PS – Rosária Castelo**, acrescenta que a partir do momento que um documento vá para outra entidade convinha ser escrito de acordo com os parâmetros mais adequados. O conteúdo não muda a forma é que tem alguma alteração. -----
- **PS – José Canelo**, considera importante, caso estejam todos de acordo, dirigirem-se a estes órgãos como sendo uma recomendação da Assembleia de Freguesia e não como sendo de um partido individual. Considera que se for uma posição de todos os partidos é do interesse de todos que a correção introduzida seja no sentido de ir em nome da Assembleia de São João Baptista e não em nome individual. Entende que seria bom para todos se houvesse essa abertura pois iria representar o órgão. -----
- **PSD – João Dâmaso**, refere que a iniciativa foi do seu partido e o regimento assim o permite por isso deve ir a votação. Já foi percebido que não há diferenças assinaláveis quanto ao conteúdo da recomendação. A administração é feita e remetida às entidades se assim o entenderem. Pela vossa parte houve um acrescento para a Assembleia Municipal, não vendo qualquer problema. No entanto, o documento está feito e será utilizado o documento em causa. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia coloca a segunda recomendação apresentada em votação. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Colocada em votação a proposta é aprovada, por maioria, com seis votos a favor (PSD e CDS) e sete abstenções (PS, BE e CDU). -----

----- De seguida o Presidente da Assembleia de Freguesia passa para a terceira Recomendação apresentada pela bancada do PSD. -----

- **PSD – Mário Silva**, lê a terceira recomendação apresentada pela sua bancada que a seguir se transcrever na íntegra: -----

“Exmo. Senhor, Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia de São João Baptista, no Entroncamento -----

Bancada do PSD, -----

Na Assembleia de Freguesia, -----

Vem expor e requerer a Va Exa., o seguinte: -----

1. No âmbito do trabalho que vem sendo desenvolvido, junto dos fregueses, face sobretudo ao agravamento das condições de segurança vividas na Freguesia, como na cidade em geral, foi observada a necessidade de se apresentar uma recomendação à Câmara Municipal do Entroncamento e ao executivo da Junta de Freguesia de São João Baptista, com vista a serem melhoradas as condições de proteção da comunidade existentes. -----

2. Para este fim, nos termos da alínea e) do número 1 do artigo 8.º do Regimento da Assembleia de Freguesia, propõem-se a votação de uma recomendação à Câmara Municipal do Entroncamento e ao executivo da Junta de Freguesia de São João Baptista, no período antes da ordem do dia, que se indica de seguida. -----

3. Dentro das inúmeras carências que a esquadra do Entroncamento possui e que são por demais conhecidas de todos, existem algumas cuja solução poderá ser superada. Das carências existentes, destacamos as seguintes: -----

a) Insuficiência de computadores; -----

b) Ausência de impressora multifunções, com respetivo toner; -----

c) Inexistência de algum mobiliário para proporcionar um maior conforto no espaço onde trabalham. -----

4. Conseguindo reunir, pelo menos, alguns destes elementos, poderá contribuir-se para um melhor desempenho dos efetivos da nossa esquadra. Nesta circunstância, entendemos que estas solicitações serão fáceis de concretizar pelos atuais executivos camarário e da Freguesia de São João Baptista, no Entroncamento, com objetivo de proporcionar um melhor desempenho dos nossos efetivos na esquadra do Entroncamento. -----

Nestes termos: -----

- *Requer-se a Va Exa., a que seja votado a recomendação constante do texto, no período antes da ordem do dia, na próxima sessão da Assembleia de Freguesia de São João Batista, do Entroncamento.* -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia coloca o documento em apreciação. -----

- **PS – José Canelo**, lê missiva acerca do assunto que a seguir se transcreve: -----
*“Quando recebi este documento, a informação nele contida deixou-me perplexo e profundamente desconfortável. Concordamos que esta autarquia deverá intervir dentro daquilo que é a sua esfera de ação, sempre em prol do bem-estar dos fregueses. -----
 Gostaria apenas de questionar o subscritor da recomendação se realizou algum tipo de validação junto do Comando Local ou Distrital da PSP ou se deles recebeu a informação sobre as “carências” aqui descritas? Nos momentos em que, por alguma razão me desloquei à esquadra, verifiquei que tinham uma impressora multifunções (onde eram impressos os auto), tem conhecimento de alguma situação em que a referida ausência de meios informáticos e de consumíveis de impressão tenham condicionado o serviço à população?” -----*
- **PSD – João Dâmaso**, refere que os fregueses sabem das limitações que a PSP tem. Não percebe qual é o problema de se dotar, um serviço que é essencial à cidade, de mais meios. Aquilo que está indicado são exemplos, podendo ser identificados muitos outros. Refere que não vai fazer um inventário exaustivo das faltas existentes, pois não se

consideram o executivo desta cidade. Não custa ajudar quem precisa e quem ajuda. A postura que é aqui assumida uma vez mais denota aquilo que aqui está a ser feito por uma questão partidária. Estão contra uma proposta que é uma boa proposta e que ajuda e melhorar aquilo que é um serviço que beneficiará os nossos fregueses a nível, de segurança. -----

- **PS – José Canelo**, refere que a esquadra e os serviços da PSP são regidos pelo Ministério da Administração Interna. Todas as Juntas de Freguesias e Câmaras não têm basicamente nada a ver com esse assunto. -----
- **PSD – João Dâmaso**, responde dizendo que o deputado sabe que não custa ajudar e que existem inúmeros exemplos de Freguesias neste país que ajudam diariamente as suas forças de segurança da forma como está a proposta. -----
- **PS – José Canelo**, questiona o deputado se está a par do orçamento desta Junta de Freguesia, referindo que esta casa não é a Santa Casa da Misericórdia. -----
- **PSD – João Dâmaso**, refere que em relação a isso já irá falar sobre a Santa Casa da Misericórdia e as contas da Freguesia. -----

----- Como mais ninguém se manifesta acerca da terceira recomendação apresentada pela bancada do PSD o Presidente da Assembleia de Freguesia passa à sua votação. -----

----- VOTAÇÃO -----

----- Colocada em votação a proposta é rejeitada, com o voto de qualidade do Presidente da Assembleia de Freguesia, uma vez ter havido empate, após votação: cinco votos a favor (PSD), cinco votos contra (PS e BE) e três abstenções (CDS, CDU e PS José Canelo). -----

- **PSD – João Dâmaso**, faz declaração de voto referindo que mais uma vez é patente e lamentável a forma e o resultado da votação. Apesar do empate não conseguem fazer passar uma medida que iria ajudar as forças de segurança desta cidade da qual todos os nossos fregueses tanto precisam. Não vale a pena aqui identificar os factos que assolaram a nossa cidade e o nosso município nos últimos tempos. Todos sabemos que toda a ajuda é necessária não se pode só exigir também tem que se ajudar. -----
- **PS – José Canelo**, faz declaração de voto lendo texto que a seguir se transcreve: -----
“Não nos parece adequado solicitar à Junta de Freguesia para fazer coisas que não estão nas suas competências. Quando qualquer eleito vota isso está a aceitar que a Junta de Freguesia venha a fazer coisas ou assumir despesas que não pode nem cumprir fazer. Os eleitos têm a responsabilidade de zelar pelos interesses das populações, pela boa gestão dos dinheiros públicos e a responsabilidade de cumprir a lei, nomeadamente aquela que releva para as funções atribuídas às autarquias, garantindo o respeito pela organização das estruturas do Estado e das competências que a cada um estão cometidas. Não enobrece ou prestigia este órgão trazer aqui especulações,

conversas do diz que disse. O exercício do mandato que nos foi conferido pelo povo exige de nós responsabilidade e a sua responsabilidade era, antes de trazer este assunto aqui, diligenciar no sentido de verificar se o que apresentava era factual. Lamento que entenda que assim trabalha em prol dos interesses dos fregueses. Isto não é a política para resolver os problemas das pessoas e da Freguesia. -----

Esta bancada estará disponível para votar favoravelmente qualquer documento no estrito interesse da população, como já referi, caso seja confirmada a veracidade do exposto. Não contarão connosco para deliberar sobre informação não verificada". -----

- **PSD – João Dâmaso**, refere que a forma como a declaração de voto do PS está feita merece também da nossa parte um desacordo muito marcado. Dizer que aquilo que se passa na nossa cidade relativamente às forças de segurança é um diz que disse é simplesmente não saber aquilo que aqui se passa. Não custa ajudar, como já referimos. Temos conhecimento de várias autarquias e de várias freguesias de norte a sul do nosso país que, em momentos temporais distintos, no presente e no passado, ajudaram de forma marcada as suas forças de segurança. Aqui, o executivo do partido socialista deixa bem evidente que não quer colaborar na melhoria das forças de segurança. Lamentam aquilo que está a ser feito. -----
- **PS – José Canelo**, refere que não foi isso que disse há pouco, porque afirmou que eram meros exemplos. Como está escrito que faltava na esquadra da PSP uma impressora multifunções, tinteiros e mobiliário e isso efetivamente não se verifica lamenta que não tenha tido o cuidado de, antes de transcrever a recomendação, ir junto da PSP tirar essas elações e verificar se correspondiam à realidade. No que respeita à segurança da nossa população e na resolução de todas as situações que têm sido detetadas é óbvio que estão de acordo com um maior envolvimento e um maior número de efetivos da PSP, como já tinham referido anteriormente. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia informa a Assembleia que tem em sua posse um voto de pesar apresentado pela bancada do partido socialista, dando a palavra ao deputado José Canelo, que a leu e a seguir se transcreve: -----

*“VOTO DE PESAR -----
Os elementos da bancada do Partido Socialista, que fazem parte da Assembleia da Junta de Freguesia de São João Baptista, vêm expressar o seu mais profundo pesar pela morte da mãe da deputada Rosária Castelo. Solicita-se a entrega desta informação à família da pessoa falecida”. -----*

----- Como ninguém se manifesta acerca do voto pesar apresentado o Presidente da Assembleia de Freguesia coloca o mesmo em votação. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Aprovado, por unanimidade, o voto de pesar apresentado. -----

----- De seguida o Presidente da Assembleia de Freguesia questiona se alguém tem algo a apresentar antes da ordem do dia. -----

- **PSD – Fernando Barbosa**, diz que na tentativa de quebrar um pouco o que se tem estado a passar, na sessão, com o combate político, e porque considera que não estão a ser resolvidos os problemas da cidade, solicita se as Assembleias de Freguesia não poderiam ser transmitidas nas redes sociais, Youtube ou entroncamentoonline, tal como são transmitidas as Assembleias Municipais, referindo que seria do agrado dos nossos fregueses. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia, pede a palavra e diz que as Assembleias Municipais estão a ser transmitidas por Youtube, mas através do entroncamentoonline já não é possível há algum tempo, não sabendo a razão para esse facto. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia diz não ver qualquer inconveniente em as sessões poderem ser transmitidas por esses meios, até porque chegaria a mais pessoas o que se faz nas sessões: as coisas boas e as menos boas, desde que existam soluções técnicas. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia informa que em termos técnicos estão dependentes do município, pois na Freguesia não existem condições para resolver essa situação, não querendo dizer que não possa vir a acontecer. Vai tentar saber se essa situação é viável para as próximas assembleias. -----

- **PSD – Elisabete Miranda**, questiona o executivo acerca de qual a intervenção desta Junta de Freguesia relativamente aos refugiados da Ucrânia. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia dá a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia que refere não ter havido grandes apoios aos refugiados da Ucrânia porque não tem havido muitos pedidos de ajuda nesse sentido. Todas as ajudas solicitadas têm sido contempladas a nível de alimentação e de medicamentos. -----

- **PSD – Elisabete Miranda**, refere que sabe que alguns refugiados ucranianos estão a ter aulas de português na sede do Bloco de Esquerda questiona a razão para não se estar a utilizar a sala de sessões da Freguesia. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia refere que a Freguesia não foi contactada para esse fim porque se tivesse existido alguma solicitação nesse sentido provavelmente as aulas poderiam estar a ser aqui ministradas. -----

- **PSD – Elisabete Miranda**, considera então que será um descuido por parte da Junta de Freguesia. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia diz não ser descuido nenhum uma vez não saber nem ter sido contactado para esse facto. -----

- **PSD – Elisabete Miranda**, refere que lhe parece que não há interesse por parte da Junta de Freguesia nessa ajuda. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia considera que a deputada está a ver as coisas ao contrário, dando como exemplo a distribuição de uma serie de cabazes de alimentos, no período da Páscoa, tendo sido contactadas pessoas/famílias carenciadas desta Freguesia e no final sobraram cabazes pois as pessoas inscritas não os vieram buscar, sinal que não precisam. Os cabazes que sobraram irão ser distribuídos a novas pessoas que irão contactar. Menciona que a freguesia anda atenta a essas situações, não pode é ajudar desconhecendo a situação. Não podem adivinhar as situações se as mesmas não forem expostas. -----

- **BE – António Carmo**, refere que na realidade o Bloco de Esquerda está a ministrar aulas na sua sede, mas foi por iniciativa própria, pois conheciam ucranianos que já habitam no Entroncamento há muitos anos. Através destas pessoas conheceram outros que chegaram agora. Reforça que foi o Bloco de Esquerda que tomou a iniciativa por terem conhecimento através dessas pessoas que já viviam aqui há muito tempo e da necessidade dessas aulas. Foi por iniciativa própria que o fizeram, numa espécie de passa palavra. -----
- **PSD – João Dâmaso**, diz que ficou a conhecer uma nova forma de ajuda por parte dos deputados e do presidente “*eu fico à espera que peçam para ajudar*”, realçando o facto de quando ajuda, ajuda de vontade. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia intervém dizendo que não sabe se o deputado sabe que se encontra numa Assembleia de Freguesia e não uma “feira de vaidades”, referindo que não tem de andar na rua à procura de quem necessita. O Bloco de Esquerda teve conhecimento através de pessoas dos seus contactos, mas ele, pessoalmente, não conhece nenhum ucraniano. Entende que foi explícito e que o deputado percebeu o que queria dizer quando mencionou que todos aqueles que aqui procuraram ajuda foram apoiados e continuarão a ser ajudados sempre que o solicitarem, quer seja com alimentos ou medicamentos. Agora, não irá de facto com um altifalante para a rua a procurar quem é que necessita de ajuda. Considera que não faz sentido a observação do deputado. Revela ainda que sabe que o Agrupamento de Escolas da cidade abriu vaga para professor de português, para dar aulas de português aos refugiados da Ucrânia -----

- **PSD – João Dâmaso**, refere que é sabido que tem chegado à estação do Entroncamento, diariamente, um comboio com refugiados que vêm da Ucrânia. Todas as pessoas sabem o que se está a passar na Ucrânia, pelo que não é necessário estar à espera venham pedir ajuda. Reitera que diariamente chega um comboio de refugiados à estação do Entroncamento e têm havido várias iniciativas de que em nome individual vão apoiar e inclusive a outra Freguesia desta cidade dá apoio direto a estas pessoas que aqui chegam. Não percebe porque é que esta Freguesia tem de estar à espera que algum ucraniano telefone a avisar que precisa de ajuda. Refere ainda que não perceber que as pessoas precisam de ajuda só revela insensibilidade. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia questiona o público presente se tem algo a apresentar. Como ninguém manifesta qualquer assunto passa de imediato à ordem do dia. -----

----- **Ordem do dia** -----

----- **Ponto Um – Eleição de Vogal para a Junta de Freguesia, mediante proposta do presidente da Junta de Freguesia** -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia informa que tem um pedido de renúncia ao mandato por parte da eleita, Alice Duarte, passando a ler o documento o qual se transcreve: -----

“ *Declaração de Renúncia* -----

Exmos. Senhores Presidente da Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista do Entroncamento -----

ALICE DA GUIA DUARTE, portadora do cartão de cidadão nº 8108825 6ZX1 válido até 2028/11/06, nos termos do Artigo 76º nº 1 e 2 da Lei nº 169/99 de 18/09, declara que, por motivos pessoais, renuncia aos seus mandatos de cargo de vogal do executivo da Junta de freguesia e de membro da Assembleia de Freguesia de São João Baptista do Entroncamento. ---

Entroncamento, 08 de abril de 2022” -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia passa a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia que tece umas breves palavras acerca de Alice Duarte. Refere que a Alice Duarte passou dois mandatos completos consigo, como Secretária da Junta de Freguesia e que foram mandatos exemplares, com uma colaboração constante e assídua. Pessoa com grandes e boas iniciativas e colaboração exemplar, pelo que deixa aqui expresso o seu elogio a Alice Duarte. ---

----- Relativamente à proposta para ocupar o lugar de vogal da Junta de Freguesia o Presidente da Junta de Freguesia propõe Paula Cristina Figueiredo Aparício Pinto, primeira secretária da mesa da Assembleia de Freguesia. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia pede à funcionária, Teresa Fernandes, que distribua os votos por todos os deputados, para se proceder à respetiva votação. -----

----- Após todos os deputados colocarem os seus votos na urna, devidamente verificada anteriormente por todos, o Presidente da Assembleia de Freguesia chama o deputado Mário Silva, para ajudar na contagem de votos. -----

----- Após contagem dos votos o Presidente anuncia que a pessoa proposta pelo Presidente da Junta de Freguesia tem oito votos a favor e cinco votos nulos pelo que está eleita a deputada Paula Cristina Figueiredo Aparício Pinto, para vogal do executivo, desejando-lhe as maiores felicidades no seu novo cargo, e que possa ajudar todos de modo a melhorar a vida dos nossos fregueses. -----

----- A eleita Paula Pinto retira-se do seu lugar na mesa da Assembleia de Freguesia e vai para junto do executivo. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia informa que saindo um elemento da Assembleia de Freguesia para o executivo manda a lei que entre o eleito imediatamente a seguir

na lista para tomar posse. Informa que neste caso o eleito é Nuno Miguel Vilela Marques. -----

----- Informa ainda que, uma vez ter saído um membro da mesa da Assembleia de Freguesia para que esta fique completa até à votação da mesa, ocupe esse lugar o deputado José Rebelo. Este aceita e toma o lugar na mesa. -----

----- De seguida Nuno Miguel Vilela Marques lê o seu termo de juramento: -----

*“Eu, **NUNO MIGUEL VILELA MARQUES** de 50 anos de idade, residente na Rua Manuel Rodrigues Gameiro N°5, 1º FRT - ESQ, no Entroncamento, portador do cartão de Cidadão n° 09539401 0ZX1, emitido pela República Portuguesa, válido até 07/01/2031, eleito para a Assembleia de Freguesia, por sufrágio universal e direto, em ato realizado no dia 26 de setembro de 2021”.* Após leitura Nuno Vilela presta juramento, assina termo de posse e toma lugar na Assembleia de Freguesia. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia dá as boas vindas ao novo deputado e refere que irão assim passar à votação por escrutínio secreto da mesa da Assembleia de Freguesia por lista, uma vez que a lei assim o determina. Informa que uma vez que a mesa foi eleita por lista terá de ser reeleita também por lista. Nesse sentido informa que tem uma lista proposta que será a Lista A composta da seguinte forma: -----

----- Presidente - Carlos Belo Duarte Alfaia -----

----- Primeiro Secretário - Nuno Miguel Vilela Marques -----

----- Segunda Secretária - Cristina Maria Castanhas Costa -----

- **PSD – João Dâmaso**, diz só agora ter tido conhecimento de apresentação de lista pelo que também estão disponíveis para apresentar uma lista, pedindo um intervalo de cinco minutos para organizar a mesma. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia concede o tempo solicitado para organização de nova lista. -----

----- Após o tempo concedido, o deputado João Dâmaso (PS) apresenta uma lista que ficou como Lista B composta da seguinte forma: -----

----- Presidente -Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins -----

----- Primeiro Secretário - João Pedro de Matos Dâmaso -----

----- Segunda Secretária - Paula Cristina Gabado Oliveira Leitão -----

----- Após a apresentação das duas listas propostas passou-se à sua votação. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia pede à funcionária, Teresa Fernandes, que distribua os votos por todos os deputados, para que se proceda à votação. -----

----- Após todos os deputados colocarem os seus votos na urna, devidamente verificada anteriormente por todos, o Presidente da Assembleia de Freguesia chama o deputado José Rebelo, para ajudar na contagem de votos. -----

----- Após contagem dos votos o Presidente da Assembleia de Freguesia, refere que a Lista



A tem oito votos e a Lista B cinco votos, pelo que a mesa da Assembleia de Freguesia fica constituída pelos seguintes elementos: -----

- Presidente - Carlos Belo Duarte Alfaia -----

- Primeiro Secretário – Nuno Miguel Vilela Marques -----

- Segunda Secretária – Cristina Maria Castanhas Costa -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia agradece a José Rebelo o facto de ter permanecido na mesa pedindo que regresse ao seu lugar na Assembleia e solicita a Nuno Vilela que tome lugar na mesa como primeiro secretário. -----

----- **Ponto Dois – Apreciar o Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais** -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia dá a palavra a quem quiser pronunciar-se acerca deste documento. -----

- **PSD – João Dâmaso**, refere que tem algumas dúvidas no mapa apresentado que se encontra em apreciação e coloca as seguintes questões: -----

1. Data de aquisição dos bens inscritos no inventário; -----

2. Razão pela qual não foi reconhecida nenhuma desvalorização ou depreciação do bem subjacente, ou seja, por aquilo que vê no mapa os bens estão pelo valor da sua aquisição (não se sabendo o ano uma vez não constar no mapa); -----

3. Saber se todos os bens que constam no mapa estão a uso na Freguesia e se existem bens que já não estão a uso. Reitera que não sabem o ano em que foram adquiridos nem sabem do que se trata. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia dá a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia que diz que em relação às datas não pode, neste momento precisar a data da sua aquisição. Em relação à desvalorização diz ser de lei a apresentação do mapa nos moldes em que o fizeram, dando o exemplo da viatura da Freguesia, de marca Rover, que neste momento deverá ter um valor aproximado de duzentos euros (se os derem) e está nos mapas pelo valor que foi adquirido. Reforça que é assim que tem de ser apresentado por lei. Revela que se adquirirem uma secretária hoje que custe quatrocentos euros daqui a dez anos a mesma secretária constará com o mesmo valor. Entende ser estranho, mas é assim que consta e é assim que tem de ficar não havendo alternativa porque é assim que está definido. Informa que todos os bens que constam no mapa têm o valor de aquisição pelo que estão supervalorizados. -----

- **PSD – João Dâmaso**, refere que se a valorização fosse como o Presidente da Junta de Freguesia disse a Assembleia não teria que emitir parecer sobre a valorização, bastava ir à fatura da aquisição do bem e o problema estava resolvido. Lamenta informar, mas não é como o Presidente disse, pois, a Lei é clara. Esclarece que anualmente a Assembleia tem que se pronunciar sobre a valorização e emitir parecer sobre o assunto. Se é anual o legislador previu obviamente a desvalorização dos bens que constam no próprio



inventário, pois de outra forma não fazia sentido todos os anos pronunciarem-se sobre o mesmo assunto. Relativamente ainda ao tema da valorização, que é de especial importância, se no próprio mapa está prevista uma coluna para desvalorização e outra para amortização é porque estas existem. Se não está inscrita, estão a ser feitos mapas que não servem para nada, (daí não perceber o porquê de não estar inscrita). -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia diz que é assim que está definido e é assim que têm entendido a Lei. Sublinha que o deputado pode entender a lei de outra maneira, mas é assim que está definido e é assim que têm entendido e é assim que os mapas são feitos desde o início do seu mandato. Refere ainda que a colega de bancada, Teresa Martins, aquando do seu mandato fazia exatamente da mesma forma os mapas, o que não significa que estivessem bem, mas eram assim que os mapas eram feitos. Poderá estar errado e o deputado estar com razão, mas é assim que sempre tem sido feito. -----

- **PSD – João Dâmaso**, refere que não é uma questão de razão é uma observação porque se anualmente terá de se pronunciar sobre a valorização de um determinado conjunto de bens é porque anualmente essa valorização oscila, pois de outra maneira não faz sentido todos os anos estarem aqui a pronunciarem-se sobre a mesma coisa. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia diz que não faz sentido, mas é assim que terá de ser feito, em princípio. Em relação ao uso, tudo o que está nos mapas está na Freguesia, podendo ser verificado por quem quiser. -----

- **PSD – João Dâmaso**, pergunta se o Presidente tem alguma ideia, na presente data, de quanto valem os bens identificados. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia diz não ter resposta para a pergunta porque não memorizou esses valores. -----

- **PSD – João Dâmaso**, pergunta se existe a possibilidade de dar essa informação. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia diz que, posteriormente, poderá dar essa informação. -----

- **PSD – João Dâmaso**, diz requerer essa informação assim como a data de aquisição. ----

----- **Ponto Três – Apreciar e votar o Relatório de Contas e Prestação de Contas relativos ao ano dois mil e vinte e um** -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia coloca em apreciação o documento. -----

- **PSD – João Dâmaso**, afirma que aguarda que o Presidente da Junta de Freguesia faça a apresentação das contas. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia diz que se houver necessidade de prestar esclarecimentos acerca do documento será o contabilista da Freguesia a fazê-las. Refere que poderão fazer as perguntas que entenderem que o contabilista virá dar as informações necessárias. -----



- **PSD – João Dâmaso**, diz que normalmente e o que está na lei é ser o Presidente da Junta de Freguesia a fazer essa apresentação, porque o contabilista, que saiba não foi eleito nem constava na lista. Não quer dizer que possa haver uma dúvida técnica que porventura o contabilista possa intervir. Ainda assim, parece-lhe básico que será o Presidente da Junta de Freguesia que terá de apresentar as contas da própria Freguesia. -

----- O Presidente da Junta de Freguesia diz que as contas foram enviadas em tempo e que os deputados podem colocar as perguntas e dúvidas que entenderem que o contabilista ou a tesoureira irão responder. -----

- **PSD – João Dâmaso**, conclui que o Presidente da Junta de Freguesia não vai apresentar as contas. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia reitera que não vai apresentar as contas pois os deputados têm o documento em seu poder pelo que não vê necessidade de as apresentar. -----

- **PS – Rosária Castelo**, diz que ao analisar o relatório de contas verifica que a despesa é superior à receita. Ainda assim, em nome da bancada do Partido Socialista, congratula-se com aquilo que está apresentado. Refere ter havido um grande investimento a nível escolar, custos acrescidos a nível da limpeza e higienização devido ao COVID19, e também por ter encerrado o Jardim de Infância Sophia de Mello Breyner, na zona norte da cidade, que levou a um acréscimo de crianças na área geográfica da Freguesia, nomeadamente nos estabelecimentos de ensino EB/JI Zona Verde e António Gedeão. A implementação de uma sala multissensorial na Escola Básica Dr. Ruy de Andrade que vai servir os interesses de muitas crianças com necessidades educativas especiais, a nível de todo o Agrupamento de Escolas, é outra referência. Releva também o facto de ter havido um investimento no setor informático na sede da Freguesia, com a aquisição de computadores novos, que já eram necessários há algum tempo e também a aquisição de material informático associado (hardware e software). Salienta ainda que se manteve a atribuição de verba no âmbito social, nomeadamente no apoio à CÁRITAS, dizendo que a Junta de Freguesia não faz muito alarde desse facto, mas a Junta de Freguesia financia bastante a instituição com alimentos para distribuição a pessoas/famílias carenciadas e emigrantes. Refere ainda o apoio na medicação e outros fins a diversas pessoas carenciadas que aqui se dirigem. Foi com bastante agrado que a sua bancada, viu que as verbas estão a ser utilizadas, da melhor forma, tanto a nível escolar como nível social, entendendo que essa é uma das maiores vertentes da Junta de Freguesia, como poder local, ajudar as pessoas. É com apreço que aqui referiram estas situações. --
- **PSD – João Dâmaso**, diz ter algumas questões para colocar, mas antes de o fazer quer referir que afinal a apresentação das contas foi feita pela deputada Rosária Castelo. -----

- **PS – Rosária Castelo**, responde dizendo que não fez apresentação de contas apenas se limitou a ler o documento que recebeu e fazer a sua análise, falando também em nome dos seus colegas de bancada. -----
- **PSD – João Dâmaso**, relembra que a interpolação que tinha sido pedido era para fazer perguntas e não comentários. -----
- **PS – Rosária Castelo**, pede desculpas, mas aquilo que entendeu é que podia intervir com perguntas ou comentários. -----
- **PSD – João Dâmaso**, refere não ter nada contra, até porque entende que alguma pessoa devia apresentar as contas, mal seria ninguém o fazer. De seguida apresenta as questões que tem acerca do documento, a saber: -----
 - Qual a razão de não figurar no texto preliminar das contas, por exemplo como facto subsequente, a existência da guerra na Ucrânia, com todas as consequências conhecidas, em especial na necessidade de apoiar os refugiados daquele país? -----
 - Como é possível identificar-se no documento em apreciação que existe uma execução das Grandes Opções do Plano, quando no mesmo documento é identificado uma execução da despesa em apenas sessenta e cinco por cento (65%)? -----
 - Qual a razão da receita de capital orçamentada, não ter sido recebida? -----
 - Qual a razão do valor orçamentado previsto de investimento para as escolas ser de treze mil e quinhentos euros (13.500,00€), embora só executadas em dez mil cento e três euros (10.103,00€)? -----
 - Existem dívidas passivas ou ativas na entidade? -----
 - Quem é que faz a preparação dos documentos de prestação de contas, incluindo o relatório de gestão na freguesia? -----
 - No formulário de caracterização da entidade, qual a razão da data de aprovação do saldo de gerência transitado do ano anterior não estar preenchida (quadro 7.3)? No mesmo formulário, qual a razão do quadro 7.11, também não estar preenchido? -----
 - Quem é que foram os beneficiários do pagamento de gasolina? O que é está incluindo nos serviços de telecomunicações de dois mil oitocentos e trinta e sete euros e quarenta e oito cêntimos (2837,48 €)? Quantos são os telemóveis e acessos à internet? Quem é que os utiliza? Quanto ao saldo de oitocentos e trinta e oito euros e noventa cêntimos (838,90€), relativo a festividades de Natal, o que é que está aqui incluído? Quanto ao saldo de sete mil cento e vinte e oito euros e oitenta e sete cêntimos (7128,87€), relativo a prémios, condecorações e ofertas, quem é que foram os respetivos beneficiários? -----
 - Qual a razão de haver diferenças de reconciliação bancária, em particular na conta da CGD, que não é movimentada? -----
 - De que se trata o montante de despesas de capital no valor de treze mil e setenta e quatro euros e dez cêntimos (13.074,10 €)? -----

- Qual a razão de ter existido necessidade de fazer uma alteração da dotação inicialmente prevista com despesas de gasolina? -----

- Qual o procedimento concursal subjacente à adjudicação de trabalhos (ou serviços) à sociedade denominada *Sem Barreiras, Lda.*, pelo valor de dez mil cento e três euros e seis cêntimos (10.103,06€)? Qual foi o trabalho contratado? O trabalho já se encontra concluído, nesta data? -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia questiona o Presidente da Junta de Freguesia como pretende fazer em relação à quantidade de questões colocadas. O Presidente da Junta de Freguesia diz que algumas serão respondidas pelo contabilista. Quanto às restantes entende ser preferível o deputado colocá-las por escrito para serem respondidas também por escrito. Considera que não fará sentido responder a todas as questões até porque algumas não serão fáceis de responder de cabeça sem consulta de documentação. Relativamente à última questão colocada considera ser fácil a resposta pois trata-se da empresa que vendeu à Junta de Freguesia os apetrechos para equipar a sala multissensorial na Escola Básica Dr. Ruy de Andrade. Em relação às contas o contabilista poderá responder e quanto às outras questões reitera que sejam apresentadas por escrito. -----

- **PSD – João Dâmaso**, pergunta se o Presidente da Junta de Freguesia se recorda se existiu e qual foi o procedimento concursal subjacente à adjudicação de trabalhos da questão respondida. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia diz ter havido um concurso, tendo sido pedidos orçamento a outras empresas, mas de momento não se recorda dos nomes. Refere ainda ter havido procedimento concursal normal, mas pela verba envolvida não seria necessário. -----

- **PSD – João Dâmaso**, insiste se houve procedimento concursal subjacente à adjudicação de trabalhos e se foi público e pergunta o que é um concurso normal. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia interrompe o diálogo e pede que se evitem este tipo de conversas e nesse sentido diz ao deputado que leve em conta o que foi dito pelo Presidente da Junta de Freguesia, colocando as perguntas por escrito para serem respondidas pela mesma via. -----

- **PSD – João Dâmaso**, diz que então o ponto não será votado hoje, uma vez que as perguntas não são respondidas. Se vão colocar as questões por escrito ficarão a aguardar as respostas para, posteriormente, votarem o ponto em questão. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia diz que o facto de ter tantas questões e delas serem respondidas, posteriormente, por escrito, não é impeditivo de votarem o ponto até porque os restantes deputados parecem não ter dúvidas. Ele pessoalmente, não as tem. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia pede para intervir e diz que existem cinco telemóveis na freguesia, não sabendo se é um problema grave para o deputado haver esta quantidade de equipamentos na Junta de Freguesia. -----



- **PSD – João Dâmaso**, responde que grave é não prestar contas de tudo. O Presidente da Junta de Freguesia não apresenta as contas, dizendo que têm o documento ou que o contabilista responde. Fez onze perguntas, uma está respondida e outra meia respondida. Pedem-lhe para enviar as perguntas por escrito, mas quando solicita que não seja votado o ponto, dizem-lhe que tem de votar, mas as questões ainda não têm resposta. “*Isto é uma Freguesia*”. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia diz que na realidade isto é uma Freguesia que tem na sua ordem do dia o ponto três sobre o qual o deputado fez os comentários e as perguntas que irão ser respondidas, posteriormente, quando as colocar por escrito, pois não se consegue agora dar-lhe todas as respostas, mas isso não é impeditivo da votação do ponto três. -----

- **PSD – João Dâmaso**, questiona se nem o contabilista responde a algumas das questões pois foi colocada a hipótese de este responder. Refere ainda que ao menos haja alguém que responda. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia responde que há pouco o deputado dizia que o contabilista não tinha qualidade para responder, mas agora já tem. Reitera que as perguntas devem ser colocadas por escrito que o Presidente da Junta de Freguesia terá todo o gosto em responder. Sublinha que a questão está resolvida e que irão proceder à votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas relativos ao ano dois mil e vinte e um. O deputado João Dâmaso pede um intervalo de quinze minutos, que não é concedido. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Aprovado, por maioria, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas relativos ao ano dois mil e vinte e um com cinco votos contra (PSD) duas abstenções (CDS e BE) e seis a favor (PS e CDU). -----

PSD – João Dâmaso, faz declaração de voto que pretende que seja transcrito na íntegra. Antes de mais notar que o Presidente da Junta de Freguesia não apresentou as contas conforme foi interpolado expressamente para isso. Foram-lhe dirigidas onze questões relativamente a todas as contas só uma ou duas questões é que foi respondido. É lamentável não prestar contas a um órgão como este e não é aceitável. Foram feitas várias questões entre elas qual a razão de não figurar no relatório preliminar como facto subsequente a existência da guerra na Ucrânia com todas as consequências conhecidas em especial na necessidade de apoiar os refugiados daquele país. -----
Foi perguntado como é possível identificar-se no documento em apreciação que existe uma execução das grandes opções do plano, quando no mesmo documento é identificado uma execução da despesa em apenas sessenta e cinco por cento. Qual a razão da receita de capital orçamentada, não ter sido recebida. -----



Foi perguntado qual a razão do valor orçamentado previsto de investimento para as escolas ser de treze mil e quinhentos euros (13.500,00€), embora só executadas em dez mil cento e três euros (10.103,00€). -----

Foi perguntado se existem dívidas passivas ou ativas na entidade. -----

Foi perguntado quem é que faz a preparação dos documentos de prestação de contas, incluindo o relatório de gestão ou relatório preliminar na freguesia. -----

Foi perguntado no formulário de caracterização da entidade, qual a razão da data de aprovação do saldo de gerência transitado do ano anterior não estar preenchida (quadro 7.3). No mesmo formulário, qual a razão do quadro 7.11, também não estar preenchido.

Foi perguntado quem é que são os beneficiários do pagamento de gasolina. O que é está incluindo nos serviços de telecomunicações no montante de dois mil oitocentos e trinta e sete euros e quarenta e oito cêntimos (2837,48€). São quantos telemóveis e acessos à internet. Quem é que os utiliza. Quanto ao saldo de oitocentos e trinta e oito euros e noventa cêntimos (838,90€), relativo a festividades de Natal, o que é que está aqui incluído. Quanto ao saldo de sete mil cento e vinte e oito euros e oitenta e sete cêntimos (7128,87€), relativo a prémios, condecorações e ofertas, quem é que foram os respetivos beneficiários. -----

Foi perguntado qual a razão de haver diferenças de reconciliação bancária, em particular na conta da CGD, que nem é movimentada. -----

Foi perguntado de que se trata o montante de despesas de capital no montante de treze mil e setenta e quatro euros e dez cêntimos (13.074,10 €). -----

Foi perguntado qual a razão de ter existido necessidade de fazer uma alteração da dotação inicialmente prevista para despesas de gasolina. -----

E também foi perguntado qual o procedimento concursal subjacente à adjudicação de trabalhos (ou serviços) à sociedade denominada *Sem Barreiras, Lda.*, no valor de dez mil cento e três euros e seis cêntimos (10.103,06€). Qual foi o trabalho contratado. O trabalho já se encontra concluído, nesta data. -----

A estas perguntas pouco ou nada foi respondido. Foi pedido um intervalo de quinze minutos para que houvesse mais ponderação sobre aquilo que foi feito ao contrário daquilo que está previsto no regimento, mas o Presidente da Assembleia de Freguesia recusou este pedido. Admiram-se que as pessoas não votem, admiram-se da elevada abstenção que aqui existe. Às perguntas que são feitas o executivo não responde com o apoio do executivo dos deputados e do Presidente da Assembleia aqui eleitos pelo Partido Socialista. É assim que querem dignificar a democracia com um ato tão importante como é o da prestação de contas. -----

----- **Ponto Quatro – Apreciar a Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia** -----



----- O Presidente da Assembleia de Freguesia pergunta aos deputados sem têm questões a colocar em relação ao ponto em questão. -----

- **PSD – João Dâmaso**, refere que primeiro terão de perguntar ao Presidente da Junta de Freguesia se vai fazer alguma leitura ou efetuar alguma informação adicional ao que consta no documento. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia pensa que todos leram o documento referindo que realça as instituições a que deram apoio: União Futebol do Entroncamento e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento. Não houve mais apoio a nível do associativismo derivado à pandemia que não permitiu haver eventos. Realça o facto de terem reforçado mensalmente os alimentos que dão à CÁRITAS, porque sabem que já existem muitos ucranianos que ali se dirigem e caso seja necessário já falaram com os responsáveis da Instituição para reforçar ainda mais essa ajuda. Informa que continuam a apoiar a Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais embora ultimamente tenha havido algumas dificuldades com as pessoas que se recusam a trabalhar (horas comunitárias) e aí nada se pode fazer em relação aos contratos. Continuam com Contrato de Delegação de Competências através do Centro de Emprego. Relativamente à sala Multissensorial que se encontra na Escola Básica Dr. Ruy de Andrade, refere que este ano esperam investir com mais alguns aparelhos que são necessários. Para isso irão ter ainda uma reunião com a professora responsável pelo projeto para se inteirarem do que é necessário para decidirem o que adquirir, pois tratam-se de aparelhos muito caros. Refere ainda que na sua informação consta uma reunião com o CLDS 4G devido ao “Dia da Diversidade Cultural”, que pensa ser no próximo dia vinte e um de maio. Trata-se de um evento onde estarão representadas todas as culturas estrangeiras que existem no Entroncamento. Foram convidadas a participar todas essas culturas com trabalhos que entendam interessantes para divulgação. O local ainda não está definido, mas será ou no Largo da Câmara (Largo José Duarte Coelho) ou na Praça Salgueiro Maia. Refere ainda que a verba que estava destinada ao associativismo não foi totalmente gasta, aliás ficou muito longe de isso acontecer, devido a estar tudo parado devido às circunstâncias do COVID19. Espera que este ano seja um ano de mudança. -----

- **PSD – João Dâmaso**, diz necessitar de dois esclarecimentos. Quanto aos apoios dados a diversas instituições solicita-se o esclarecimento dos montantes em que tais apoios importaram. Nas reuniões em que a Freguesia esteve representada o que é que ali foi tratado em prol da Freguesia, por exemplo o que é foi tratado na reunião da elaboração do Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia pede à mesa para que o Secretário do executivo, José Lopes, que foi a pessoa que esteve presente na reunião da elaboração do Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas preste os esclarecimentos. O Secretário, José Lopes, esclarece que a reunião foi basicamente procurar que a comunidade cigana, ou pelo menos



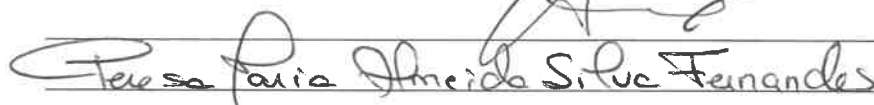
alguns, sejam integrados com emprego e outras situações e tentar que as Freguesias ajudem um pouco. Vai haver mais reuniões acerca do assunto até porque esta foi apenas para explicar o que estava a acontecer e tentar acabar com a subsidiodependência. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia esclarece que a reunião Consultiva do Projeto Cultural de Escola (Plano Nacional de Artes), tem como base uma planificação de artes dos trabalhos dos alunos do Agrupamento tendo sido convidada a Freguesia a colaborar dando opinião sobre as situações, mas a Freguesia não tem competência nesta matéria. Relativamente às reuniões do Núcleo Executivo do CLASE – Conselho Local de Ação Social, está certo que o deputado sabe o que é, mas, ainda assim, explica que é composto por sete elementos e existe também o Conselho Geral. A Freguesia de São João Baptista representa as duas freguesias, os restantes elementos são os representantes da Câmara Municipal do Entroncamento, do Lar Ferroviário, do CERE, da Santa Casa da Misericórdia, da Segurança Social, da PSP como convidada. Nestas reuniões são discutidos os problemas relativos às pessoas necessitadas a nível do concelho, nomeadamente apoio a nível de refeições, problemas de violência doméstica ou outras situações de cariz social. São estas as situações analisadas pelo Núcleo Executivo do CLASE, que depois podem seguir para o Conselho Geral. -----

----- Relativamente à questão dos montantes dados às instituições o Presidente da Junta de Freguesia diz que não se lembra de todos os valores. Refere que o União Futebol Entroncamento foi apoiado em setecentos euros, apoio especial para iluminação a LED no pavilhão. A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento foi apoiada na aquisição de elétrodos LP 1000 para colocar nas ambulâncias do INEM, no valor de quinhentos e dezoito euros e quarenta e três centimos. Relativamente às restantes associações apoiadas, como foram montantes mais pequenos não tem ideia dos valores envolvidos. Diz que a partir de agora as associações já estão a funcionar quase em pleno e haverá sem dúvidas mais pedidos de apoio para o qual devem estar preparados, tanto ao nível das instituições, como no associativismo e na parte social. -----

- **PSD – João Dâmaso**, solicita que na próxima reunião o Presidente traga a informação solicitada. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão eram vinte e três horas e treze minutos e para constar se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e por mim, Teresa Maria Almeida da Silva Fernandes, assistente técnica, que a lavrei. -----


 Teresa Maria Almeida da Silva Fernandes